

Proposta de mudança

CORREIO BRAZILIENSE

Alencar Soares de Freitas

03 MAR 1993

Os problemas estruturais que afetam a economia e a sociedade brasileira são o resultado da nossa excessiva orientação para o exterior, feita principalmente mediante o apoio e a sustentação de uma pequena parcela da estrutura produtiva, aquela que pode concorrer no mercado externo, em detrimento da maior parte da economia. Nesse processo, amplos setores permanecem marginalizados, principalmente aqueles que produzem bens e serviços para as classes populares; justamente os que geram mais emprego e que, por suas características, permitem maior distribuição de renda. Tal modelo é, por excelência, excludente e concentrador de renda e de riqueza.

Nas épocas de crise prolongada, a paralisação e a destruição de parcelas importantes do aparelho produtivo se agravam, fazendo com que a oferta de bens e serviços à população se reduza a níveis insustentáveis. No Brasil de agora a agricultura e vários setores da indústria, inclusive o de eletrodomésticos, apresentam níveis da produção de 1980, enquanto que de então até agora a população cresceu 22 por cento. Ao mesmo tempo, agrava-se a concentração de renda, reduz-se a receita tributária do Governo e o setor social é sacrificado ao extremo.

O tratamento da crise econômica promovido pelo Governo, sempre pela redução da demanda, segundo altas taxas de juros, redução dos gastos públicos, restrição ao crédito e dos salários reais etc., consolida um círculo perverso de recessão, queda de investimentos e mais recessão, cujo resultado final é o agravamento constante das questões sociais.

A posição governamental de que ao controlar a inflação a economia retomará o crescimento de forma

acelerada, compensando as perdas sofridas no período recessivo, é duplamente equivocada.

Primeiro, porque o desequilíbrio da oferta e da demanda agregadas, dada a grande escassez de bens e serviços no mercado, somente permitirá um controle inflacionário sob forte tensão. Qualquer tentativa de retomar o crescimento, utilizando os instrumentos monetários, resultará na volta acelerada da inflação.

Segundo, porque os estragos feitos na economia e na própria sociedade, ao longo de mais de dez anos, são irrecuperáveis dentro do modelo econômico perseguido. A educação, a saúde e a alimentação estão de tal forma prejudicadas que se torna muito difícil reincorporar parcelas ponderáveis da população carente ao processo produtivo.

A recessão utilizada como instrumento principal da política econômica aprofunda os desequilíbrios econômicos e sociais e levará o País a um impasse de sérias consequências, onde a perda da margem de governabilidade ainda existente é a hipótese mais provável. Chegando-se a esse ponto, viabilizar-se-ão várias soluções, quase todas indesejáveis e algumas configuradoras de sério retrocesso político.

Observa-se, também, que a hipótese salvadora do capital externo, tão cara ao Governo, não será concretizada, apontando-se, no texto, as diversas causas que impedirão a salvação do modelo por essa via.

Tendo em vista a natureza do problema brasileiro, que é muito mais político do que econômico, é feita a seguinte proposta:

— Adoção de um projeto nacional que, por ser baseado em nossas reais necessidades e potencialidades, tenha o apoio da maioria nacional.

— Promoção e execução de um acordo nacional que permita:

a) retomar o crescimento econô-

mico, com controle da inflação; b) recuperar o setor social; e c) realizar as reformas estruturais necessárias ao desenvolvimento equilibrado do País.

Listadas várias medidas a serem adotadas pelo Governo Federal e proposta a criação de um Estado Desenvolvimentista, cujos principais órgãos e ações são descritos, propõe-se também a execução de um plano emergencial de recuperação do nível de produção, selecionando-se os setores a priorizar. Esses setores são escolhidos pela sua capacidade de gerar emprego e renda da forma mais rápida possível, bem como pela sua característica de poderem ser desenvolvidos pelos capital e tecnologia nacionais.

A área tecnológica merece destaque especial, sendo nela depositada a confiança de, uma vez reformulada e dirigida aos reais interesses nacionais, liderar a consolidação do Brasil como uma nação forte e solidária.

O indicado para promotor da mudança da política econômica é o Governo, pela sua responsabilidade e competência constitucionais e pelo controle da estrutura do Estado que exerce. Contudo, da leitura do texto, depreende-se que a possibilidade de o Governo adotar um modelo da natureza do que se propõe é remota. Cabe portanto ao Congresso organizar um grande movimento pelo projeto nacional, que deixe de lado divergências menores e possibilite a mobilização da maioria da população, consolidando um bloco majoritário no Congresso que deverá ser o promotor do acordo nacional necessário, iniciando as negociações com os empresários e os trabalhadores e exigindo a participação governamental.

■ Alencar Soares de Freitas é economista em Brasília